
ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA
ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA,
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA HAZTEC INVESTIMENTOS E
PARTICIPAÇÕES S.A.

entre

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.,

na qualidade de Emissora,

e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas,

com interveniência e garantia de

**HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A., FOXH HOLDING S.A., CENTRAL
DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS BARRA MANSA S.A. E CENTRAL DE TRATAMENTO DE
RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.,**

na qualidade de Fiadoras

Datado de
30 de janeiro de 2015

ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular:

- I. de um lado, na qualidade de emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar, Cidade Nova, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 11.421.994/0001-36 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE 33.3.0029215-2, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“Companhia” ou “Emissora”); e

- II. de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures (“Debenturistas”),

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

e, ainda, com a interveniência de:

- III. na qualidade de prestadoras de garantia fidejussória no âmbito da 5ª Emissão,

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar, Cidade Nova, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.279.285/0001-30 e na JUCERJA sob o NIRE 33.3.0027151-1, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“Haztec Ambiental”); e

FOXX HOLDING S.A., nova denominação da Foxx Participações Ltda., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Samuel Morse, nº 134, 3º andar, Sala B, Cidade das Monções, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.658.431/0001-14 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.437.951, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“Foxx Holding”);

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS BARRA MANSA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ 157 s/nº, Fazenda Barra das Antas, Cotiara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.840.738/0001-10 e na JUCERJA sob o NIRE 33.3.0029021-4, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("CTR Barra Mansa");

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Anaia s/nº, Almerinda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.090.691/0001-00, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("CTR Alcântara" e, em conjunto com Haztec Ambiental, Foxx Holding e CTR Barra Mansa, "Fiadoras");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Fiadoras doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, na melhor forma de direito, firmar a presente "*Escritura Particular da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Haztec Investimentos e Participações S.A.*" ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

1.1. Autorizações da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada pela Emissora com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 29 de janeiro de 2015 ("AGE da 5ª Emissão"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da 5ª Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; (b) a concessão da Cessão Fiduciária de Dividendos no âmbito da 5ª Emissão; e (c) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da 5ª Emissão, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da 5ª Emissão e da Oferta Restrita e à constituição da Cessão Fiduciária de Dividendos prestada pela Emissora, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

1.2. Autorizações da Haztec Ambiental

1.2.1. A presente Escritura é firmada pela Haztec Ambiental com base nas deliberações de seu conselho de administração em reunião realizada em 29 de janeiro de 2015 ("RCA da Haztec Ambiental - 5ª Emissão"), na qual foram deliberadas: (a) a prestação da Garantia Fidejussória pela Haztec Ambiental no âmbito da 5ª Emissão; e (b) a concessão das Alienações Fiduciárias de Ações e da

Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental no âmbito da 5ª Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 19, alínea (viii), do Estatuto Social da Haztec Ambiental.

1.3. Autorizações da Foxx Holding

1.3.1. A presente Escritura é firmada pela Foxx Holding com base nas deliberações de seu conselho de administração em reunião realizada em 29 de janeiro de 2015 (“RCA da Foxx Holding – 5ª Emissão”), na qual foi deliberada a prestação da Garantia Fidejussória pela Foxx Holding no âmbito da 5ª Emissão, em conformidade com o disposto no artigo 17, alínea (vii), do Estatuto Social da Foxx Holding.

1.4. Autorizações da CTR Barra Mansa

1.4.1. A presente Escritura é firmada pela CTR Barra Mansa com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de seus acionistas realizada em 29 de janeiro de 2015 (“AGE da CTR Barra Mansa - 5ª Emissão”), na qual foram deliberadas: (a) a prestação da Garantia Fidejussória pela CTR Barra Mansa no âmbito da 5ª Emissão; e (b) a concessão da Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa no âmbito da 5ª Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 15, alínea (e), do Estatuto Social da CTR Barra Mansa.

1.5. Autorizações da CTR Alcântara

1.4.1. A presente Escritura é firmada pela CTR Alcântara com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de seus acionistas realizada em 29 de janeiro de 2015 (“AGE da CTR Alcântara - 5ª Emissão”), na qual foram deliberadas: (a) a prestação da Garantia Fidejussória pela CTR Alcântara no âmbito da 5ª Emissão; e (b) a concessão da Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara no âmbito da 5ª Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 10º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da CTR Alcântara.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única (“5ª Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, pela Emissora (“Oferta Restrita”), será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Oferta Restrita será objeto de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, desde que sejam divulgadas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA anteriormente à data de encerramento da Oferta.

2.2. Arquivamento dos Atos Societários nas Juntas Comerciais Competentes e Publicação nos Jornais de Grande Circulação

2.2.1. A ata da AGE da 5ª Emissão será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Mercantil (em conjunto, “Jornais de Publicação”), conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA da Haztec Ambiental - 5ª Emissão será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Mercantil.

2.2.3. A ata da RCA da Foxx Holding - 5ª Emissão será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Monitor Mercantil.

2.2.4. A ata da AGE da CTR Barra Mansa - 5ª Emissão será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Mercantil.

2.2.5. A ata da AGE da CTR Alcântara - 5ª Emissão será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Mercantil.

2.3. Arquivamento da presente Escritura na Junta Comercial Competente e Registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes

2.3.1. Esta Escritura, bem como respectivos aditamentos, serão devidamente arquivados na JUCERJA, conforme disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Em decorrência da prestação das Garantias Fidejussórias pelas Fiadoras, esta Escritura, bem como respectivos aditamentos serão registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das Partes (“Cartórios de Registro de Títulos e Documentos”), observados os prazos previstos em cada um dos respectivos instrumentos.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão devidamente registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição por investidores qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda à verificação do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Registro dos Contratos de Garantia Real

2.5.1. Os Contratos de Garantia Real, por meio dos quais serão prestadas, no âmbito da 5ª Emissão, as Garantias Reais em favor dos Debenturistas, bem como seus respectivos aditamentos, deverão ser registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das partes dos respectivos Contratos de Garantia Real, na forma e prazo previstos em cada Contrato de Garantia Real e respectivos aditamentos.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 5ª EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Companhia compreende a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, e outras atividades afins.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A emissão objeto da presente Escritura constitui a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da 5ª Emissão

3.3.1. O valor total da 5ª Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

3.4. Número de Séries e Quantidade de Debêntures

3.4.1. A 5ª Emissão será realizada em uma única série e serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures.

3.5. Garantias Reais

3.5.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora nesta Escritura e nos demais documentos relacionados às Debêntures perante os Debenturistas ("Obrigações Garantidas"), serão prestadas as seguintes garantias reais em favor dos Debenturistas no âmbito da 5ª Emissão (em conjunto, "Garantias Reais"):

- (a) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da CTR Barra Mansa de titularidade da Haztec Ambiental, correspondente a 100% (cem por cento) do capital social total da referida sociedade, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Ações da CTR Barra Mansa"), em conformidade com os termos e condições do "*Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Barra Mansa S.A. em Garantia e Outras Avenças*" (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Barra Mansa"), firmado em 6 de fevereiro de 2013;
- (b) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara ("CTR Alcântara"), quando de titularidade da Haztec Ambiental, correspondente a 100% (cem por cento) do capital social total da referida sociedade, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara"), em conformidade com os termos e condições do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças*" (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara"), firmado nesta data;
- (c) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Ecopesa Ambiental S.A. de titularidade da Haztec Ambiental, correspondente a 33% (trinta e três por cento) do capital social total da referida sociedade, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa" e, em conjunto com as garantias indicadas nas alíneas "a" e "b" acima, "Alienações Fiduciárias de Ações"), em conformidade com os termos e condições do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Ecopesa Ambiental S.A. e Outras Avenças*" (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa");
- (d) cessão fiduciária de: (i) determinados direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Haztec Ambiental, decorrentes de contratos de prestação de serviços dos quais a referida sociedade seja parte ("Direitos Creditórios da Haztec Ambiental"), e (ii) da totalidade dos créditos bancários de titularidade da Haztec Ambiental depositados e a serem depositados e mantidos em determinada conta vinculada de titularidade da Haztec Ambiental, não movimentável pela Haztec Ambiental ("Conta Vinculada Haztec"), independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários da Haztec Ambiental"), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental"), em conformidade com os termos e condições do "*Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. em Garantia e Outras Avenças*" (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental"), firmado em 6 de fevereiro de 2013;
- (e) cessão fiduciária de: (i) determinados direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da CTR Barra Mansa, decorrentes de contratos de prestação de serviços dos quais a referida sociedade seja parte ("Direitos Creditórios da CTR Barra Mansa"), e (ii) da totalidade dos créditos bancários de titularidade da CTR Barra Mansa depositados e a serem depositados e mantidos em determinada conta vinculada de titularidade da CTR Barra Mansa,

não movimentável pela CTR Barra Mansa ("Conta Vinculada CTR Barra Mansa"), independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários da CTR Barra Mansa"), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa"), em conformidade com os termos e condições do "*Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Barra Mansa S.A. em Garantia e Outras Avenças*" (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa"), firmado em 6 de fevereiro de 2013;

- (f) cessão fiduciária de: (i) determinados direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da CTR Alcântara, decorrentes de contratos de prestação de serviços dos quais a referida sociedade seja parte ("Direitos Creditórios da CTR Alcântara"), e (ii) da totalidade dos créditos bancários de titularidade da CTR Alcântara depositados e a serem depositados e mantidos em determinada conta vinculada de titularidade da CTR Alcântara, não movimentável pela CTR Alcântara ("Conta Vinculada CTR Alcântara"), independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários da CTR Alcântara"), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara"), em conformidade com os termos e condições do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças*" (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara"), firmado nesta data; e
- (g) cessão fiduciária de: (i) a totalidade de direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora, decorrentes da distribuição de dividendos efetuados pela Haztec Ambiental; e (ii) a totalidade dos créditos bancários de titularidade da Emissora depositados e a serem depositados e mantidos em determinada conta vinculada de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora ("Conta Vinculada da HIP"), independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários da Emissora"), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Dividendos"), em conformidade com os termos e condições do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários Decorrentes de Dividendos em Garantia e Outras Avenças*" (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos"), e em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Barra Mansa, com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara, com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa, com o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental, com o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa e com o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara, "Contratos de Garantia Real"), firmado em 6 de fevereiro de 2013.

3.5.2. Quaisquer das Garantias Reais poderão ser reforçadas, liberadas e/ou substituídas, conforme aplicável, mediante aprovação dos Debenturistas, que representem ao menos 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral, representados pelo Agente Fiduciário.

3.5.3. As Garantias Reais deverão ser compartilhadas entre os Debenturistas e os debenturistas da Escritura da 4ª Emissão (conforme definido na Cláusula 3.9.1, abaixo), nos termos previstos nos Contratos de Garantia Real.

3.6. Garantias Fidejussórias

3.6.1. Em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, as Fiadoras assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadoras e principais pagadoras da dívida afiançada referente às Debêntures, nos termos desta Escritura ("Garantias Fidejussórias" ou "Fianças" e, em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias"), obrigando-se solidariamente entre si e juntamente com a Emissora, por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), incluindo, mas não se limitando, a indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas. A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e compreende a dívida principal e todos os seus acessórios, incluindo os Juros Remuneratórios, multa convencional e quaisquer outros acréscimos, inclusive os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber ("Valor Garantido"). Assim, respondem as Fiadoras, em caso de inadimplemento, total ou parcial, da Emissora, solidariamente e como principais pagadoras de toda e qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures. Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer das Fiadoras em relação às Fianças ora prestadas será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

3.6.2. O Valor Garantido será pago pelas Fiadoras em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento de notificação por escrito dos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, à tal Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida nesta Escritura. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.6.3 Fica facultado a qualquer das Fiadoras efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado por tal Fiadora.

3.6.4. As Fiadoras, neste ato, renunciam expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e 77 e 595 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.6.5. Não será considerada moratória concedida à Emissora, nem respectiva exoneração das Fiadoras nos termos previstos no inciso I, do artigo 838 do Código Civil, a dilação de prazo para o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora, obtida mediante aprovação, dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral, nos termos desta Escritura.

3.6.6. Cabe ao Agente Fiduciário, em nome e a favor dos Debenturistas, requerer a execução das Garantias Fidejussórias se verificada, de acordo com esta Escritura, qualquer hipótese de insuficiência de pagamento pela Emissora. Nesses casos, qualquer das Fiadoras pagará aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, conforme o caso, os valores devidos no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário no Dia Útil seguinte à ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.6.7. Para todo e qualquer pagamento que venha a ser efetuado pelas Fiadoras, em cumprimento das Garantias Fidejussórias ora outorgadas, ocorrerá a sub-rogação, em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora, sendo certo que cada Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

3.6.8. As Garantias Fidejussórias obrigam as Fiadoras e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures. As Fiadoras não poderão ceder as obrigações decorrentes das presentes Garantias Fidejussórias, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação.

3.6.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

3.6.10. As presentes Fianças entrarão em vigor na Data de Emissão e permanecerão válidas em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

3.6.11. Cada uma das Fiadoras declara e garante que (a) a prestação de Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; (b) todas as autorizações necessárias para prestação destas Fianças foram obtidas e se encontram em pleno vigor; e (c) o prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, será a data do pagamento integral do Valor Garantido.

3.6.12. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer das Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.6.13. As obrigações das Fiadoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou

não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de subscrição de 300 (trezentas Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição líder designada "Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Quinta Emissão da Haztec Investimentos e Participações S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.8. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.8.1 O banco liquidante da 5ª Emissão e escriturador mandatário das Debêntures será o BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos à 5ª Emissão e às Debêntures).

3.9. Destinação dos Recursos

3.9.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para (a) prioritariamente, pagar os juros remuneratórios devidos pela Emissora até a presente data no âmbito da Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A., e seu respectivo primeiro aditamento ("Escritura da 4ª Emissão"), incluindo aquele devido com relação aos meses de agosto de 2013, fevereiro de 2014, agosto de 2014 e com relação aos meses posteriores, mas limitado à Data de Integralização; e, (b) caso haja valor remanescente, para efetuar a Amortização Antecipada Extraordinária prevista na Cláusula 6.2 da Escritura da 4ª Emissão.

3.10. Imunidade de Debenturistas

3.10.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de janeiro de 2015 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 30 de janeiro de 2022 (“Data de Vencimento”). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a Data de Vencimento, conforme aplicável.

4.2. Remuneração das Debêntures

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), capitalizada de uma sobretaxa equivalente a determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida de acordo com a relação Dívida Líquida / EBITDA da Emissora, cujas definições estão descritas na alínea (p) da Cláusula 7.2 desta Escritura, conforme tabela abaixo (“Juros Remuneratórios”):

Relação Dívida Líquida / EBITDA da Companhia	Sobretaxa dos Juros Remuneratórios
<i>Maior que 5,0 vezes (inclusive)</i>	<i>4,00% ao ano</i>
<i>Entre 4,0 vezes (inclusive) e 5,0 vezes (exclusive)</i>	<i>3,25% ao ano</i>
<i>Entre 3,0 vezes (inclusive) e 4,0 vezes (exclusive)</i>	<i>2,75% ao ano</i>
<i>Menor que 3,0 vezes (exclusive)</i>	<i>2,50% ao ano</i>

4.2.2.1. No período compreendido entre a Data de Integralização até que seja calculada a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, o *spread* dos Juros Remuneratórios será de 4,00% (quatro por cento).

4.2.2.2. A Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário a relação Dívida Líquida / EBITDA calculada para o exercício social considerado em até 120 (cento e vinte) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora. O Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva informação, verificar o cálculo e informar à Emissora e aos Debenturistas a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, que será válida no Período de Capitalização imediatamente subsequente.

4.2.2.3. Caso não seja possível o cálculo da sobretaxa dos Juros Remuneratórios para quaisquer períodos subsequentes, deverá ser utilizado parâmetro do Período de Capitalização imediatamente anterior até o próximo Período de Capitalização.

4.2.2.4. Em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da informação quanto à nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, a Emissora deverá informar a CETIP quanto ao novo parâmetro a ser utilizado.

4.2.2.5. Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) até a data de seu efetivo pagamento (“Período de Capitalização”), e deverão ser pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures pela Emissora em razão da realização de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Resgate Antecipado Obrigatório Total, ou (c) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI, nos termos da Cláusula 4.2.2.10 abaixo).

4.2.2.6. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos na respectiva data de pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI_k, desde a Data de Integralização (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso), inclusive, até a respectiva data de pagamento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até nDI.

nDI = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “nDI” um número inteiro; e

TDIk = Taxa DI_k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FatorSpread = \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = sobretaxa informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.7. Observações:

- (i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iii) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.8. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.9 e 4.2.2.10 abaixo.

4.2.2.9. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, a Taxa DI deverá ser substituída por outro a ser determinado em Assembleia Geral de Debenturistas. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula XI desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.10 abaixo.

4.2.2.10. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.2.2.9 acima, qual a alternativa escolhida:

- (a) resgatar a totalidade das Debêntures, sem o pagamento de prêmio de resgate ou reembolso, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures em Circulação a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nas Cláusulas 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios; ou

- (b) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, não excedendo o prazo de vencimento final e o Prazo Médio de Amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.4.1 abaixo, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva indicada pela totalidade dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas realizada na forma da Cláusula 4.2.2.9 acima. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas quanto à taxa de remuneração substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alínea “a” acima. Caso a taxa substitutiva seja referenciada em base diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

4.2.2.11. Para fins da presente Escritura, “Prazo Médio de Amortização das Debêntures” equivale à soma (a) do prazo de carência existente entre a Data de Integralização e a primeira Data de Amortização do Valor Nominal Unitário, com (b) a metade do prazo existente entre a primeira Data de Amortização do Valor Nominal Unitário e a Data de Vencimento.

4.2.2.12. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.13. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Observado o disposto na Cláusula 4.3.1.1 abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado trimestralmente, observado o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses (inclusive) contados da Data de Emissão, em parcelas consecutivas, sempre no dia 30 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, sendo a primeira devida em 30 de janeiro de 2017 e a última parcela devida na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização do Valor Nominal Unitário”), conforme tabela abaixo:

<i>Data da Amortização</i>	<i>Percentual Amortizado sobre o valor nominal da 5ª Emissão</i>
30 de janeiro de 2017	4,7600%
30 de abril de 2017	4,7600%
30 de julho de 2017	4,7600%
30 de outubro de 2017	4,7600%
30 de janeiro de 2018	4,7600%
30 de abril de 2018	4,7600%
30 de julho de 2018	4,7600%

30 de outubro de 2018	4,7600%
30 de janeiro de 2019	4,7600%
30 de abril de 2019	4,7600%
30 de julho de 2019	4,7600%
30 de outubro de 2019	4,7600%
30 de janeiro de 2020	4,7600%
30 de abril de 2020	4,7600%
30 de julho de 2020	4,7600%
30 de outubro de 2020	4,7600%
30 de janeiro de 2021	4,7600%
30 de abril de 2021	4,7600%
30 de julho de 2021	4,7600%
30 de outubro de 2021	4,7600%
30 de janeiro de 2022	saldo do Valor Nominal Unitário
TOTAL	100,000%

4.3.1.1. Não obstante a Cláusula 4.3.1 acima, na hipótese da liquidação antecipada das Debêntures resultante (a) do vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures pela Emissora em razão da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou do Resgate Antecipado Obrigatório Total, ou (c) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI, nos termos da Cláusula 4.2.2.10 desta Escritura, o saldo do Valor Nominal Unitário existente à data da referida liquidação antecipada das Debêntures será integralmente pago pela Emissora na respectiva data de liquidação antecipada.

4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, em parcelas consecutivas, sempre no dia 30 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, sendo a primeira devida em 30 de janeiro de 2017 e a última parcela devida na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures pela Emissora em razão da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou do Resgate Antecipado Obrigatório Total, ou (c) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI, nos termos da Cláusula 4.2.2.10 desta Escritura) (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo

Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP (“Local de Pagamento”), exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII desta Escritura, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Subscrição”), em uma única data.

4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a exclusivo critério do Debenturista, em até 60 (sessenta) dias contados do início da distribuição das Debêntures, que deverá ocorrer quando do cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição. Caso o Debenturista decida subscrever as Debêntures, a integralização deverá ser à vista, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), em uma única data, e em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta 5ª Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“Avisos aos Debenturistas”) e publicados nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (www.haztec.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação até 1 (um) Dia Útil contado da data da sua realização.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Fundo de Amortização

4.15.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente 5ª Emissão.

4.16. Direito de Preferência

4.16.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.17. Classificação de Risco

4.17.1. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelas Fiadoras e posteriormente averbados na JUCERJA, e nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos, em até 20 (vinte) dias contados da data de sua celebração.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, RESGATE ANTECIPADO
OBRIGATÓRIO TOTAL, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA EXTRAORDINÁRIA E
AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total; Resgate Antecipado Obrigatório Total

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Debenturista, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura, acompanhada de notificação a ser enviada ao Agente Fiduciário acerca da decisão de promover o referido resgate (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”). A Data do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, e a CETIP e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.1.2. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) de prêmio, incidente sobre o saldo devedor das Debêntures, conforme tabela abaixo (“Prêmio”):

Períodos do Evento	Prêmio (<i>flat</i>) sobre o saldo devedor das Debêntures
Do 1º ao 3º ano da 5ª Emissão (ou seja, de 30 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2018)	0,50% (cinquenta centésimos por cento)
A Partir do 3º ano da 5ª Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures (ou seja, de 30 de janeiro de 2018 até 30 de janeiro de 2022 (exclusive))	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)

6.1.1.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas em uma única data; (b) menção ao valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; (c) valor do Prêmio; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.2. Mediante a ocorrência de Evento de Liquidez para Resgate Antecipado Obrigatório Total, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Obrigatório Total”).

6.1.2.1. Para os fins desta Escritura, “Evento de Liquidez para Resgate Antecipado Obrigatório Total” significa (i) o recebimento, pela Emissora, de recursos decorrentes de qualquer transação relacionada, incluindo a venda, total ou parcial, de quaisquer ativos da Emissora e/ou das Fiadoras, mediante prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, que uma vez somados resultem em montante igual ou superior ao saldo então remanescente para liquidação total das Debêntures desta 5ª Emissão, ou (ii) a venda, total ou parcial, do controle societário da Emissora, mediante prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, observados os termos da cláusula 7.1. item “e”.

6.1.2.2. Após a ocorrência de um Evento de Liquidez para Resgate Antecipado Obrigatório Total, a Emissora deverá, em um prazo de 2 (dois) Dias Úteis, enviar ao Agente Fiduciário uma notificação escrita informando acerca do Evento de Liquidez para Resgate Antecipado Obrigatório Total ocorrido (“Comunicação de Evento de Liquidez para Resgate Antecipado Obrigatório Total”). O Resgate Antecipado Obrigatório Total deverá ser feito em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de envio da Comunicação de Evento de Liquidez para Resgate Antecipado Obrigatório Total. A Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, e a CETIP e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total.

6.1.2.2.1 Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total;

6.1.3. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo resgate antecipado também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ou do Resgate Antecipado Obrigatório Total serão obrigatoriamente canceladas.

6.2. Amortização Antecipada Extraordinária; Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória

6.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização antecipada extraordinária das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Amortização Antecipada Extraordinária Facultativa”).

6.2.1.1 Sem prejuízo das disposições da Cláusula 6.2.1 acima, a Emissora deverá realizar amortização antecipada extraordinária obrigatória na ocorrência de um Evento de Liquidez, significando para os fins desta Escritura, “Evento de Liquidez” (i) o recebimento, pela Emissora, de recursos decorrentes de qualquer transação relacionada, incluindo a venda, total ou parcial, de quaisquer ativos da Emissora e/ou das Fiadoras, mediante prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, que uma vez somados resultem em montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) mas inferior ao saldo então remanescente para liquidação total das Debêntures desta 5ª Emissão, ou (ii) a realização de qualquer evento de

capitalização ou aporte de recursos na Emissora em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) desde que tal evento de capitalização ou aporte de recursos não seja destinado para o pagamento de custos e/ou despesas operacionais de curto prazo (inferiores a 6 (seis) meses) mas inferior ao saldo então remanescente para liquidação total das Debêntures desta 5ª Emissão (“Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória”).

6.2.2. A Amortização Antecipada Extraordinária Facultativa ou a Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura, acompanhada de notificação a ser enviada ao Agente Fiduciário acerca da decisão de promover a referida amortização (“Comunicação de Amortização Antecipada Extraordinária”), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Antecipada Extraordinária Facultativa ou da Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória (“Data da Amortização Antecipada Extraordinária”). A Data da Amortização Antecipada Extraordinária deverá ser obrigatoriamente um dia útil, e a CETIP e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização da Amortização Antecipada Extraordinária Facultativa ou da Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória.

6.2.3. Por ocasião da Amortização Antecipada Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou desde a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a efetiva data de Amortização Antecipada Extraordinária Facultativa; e (b) de prêmio, incidente sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures, conforme tabela prevista na Cláusula 6.1.1.2 acima.

6.2.3.1. Por ocasião da Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou desde a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a efetiva data da Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória;

6.2.4. Na Comunicação de Amortização Antecipada Extraordinária deverá constar: (a) a data da efetiva Amortização Antecipada Extraordinária Facultativa ou da Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória, conforme o caso, sendo certo que todas as Debêntures serão amortizadas em uma única data; (b) menção ao Valor da Amortização Antecipada Extraordinária Facultativa ou da Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória; (c) valor do Prêmio, quando aplicável; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Extraordinária Facultativa ou da Amortização Antecipada Extraordinária Obrigatória.

6.2.5. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva amortização também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei

das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora, conforme aqui estabelecido, poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

6.3.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.3.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.3 e seguintes desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipada e automaticamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento Automático”):

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura, desde que não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado do respectivo descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (b) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária com instituições financeiras ou relativas a operações de mercado de capitais, da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras;
- (c) salvo a Dívida BNDES (nos termos dispostos na Cláusula 7.2 (c) abaixo), vencimento antecipado de qualquer outra dívida ou obrigação pecuniária com instituições financeiras ou relativas a operações de mercado de capitais, de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, exceto por qualquer das Fiadoras, no montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (d) caso esta Escritura seja inexecutível, declarada nula ou sem efeito, conforme sentença judicial;
- (e) ocorrência de qualquer dos seguintes eventos, sem o prévio consentimento de Debenturistas que representem, ao menos, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia especialmente convocada para esse fim: (i) qualquer alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, por meio de acordo de acionistas ou não, e a qualquer título, de modo que o controle, direto ou indireto da Haztec Ambiental, não seja exercido pela Emissora, exceto no que se refere a reorganizações

societárias que resultem no ingresso de um novo acionista, com participação inferior ou equivalente a 10% (dez por cento) do capital social total da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras; (ii) qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, em qualquer operação isolada ou série de operações, exceto no que se refere à incorporação das ações de emissão da Foxx Holding pela Emissora, em curso na data de celebração desta Escritura, e posteriormente pela Haztec Ambiental e eventual alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras que resultem no ingresso de um novo acionista, com participações inferior ou equivalente a 10% (dez por cento) do capital social total da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras; ou (iii) qualquer cisão, incorporação ou fusão da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, exceto (x) qualquer cisão, incorporação ou fusão exclusivamente entre a Emissora e qualquer das Fiadoras, ou (y) qualquer incorporação ou incorporação de ações entre a Emissora e suas controladas, exceto por qualquer das Fiadoras, em que a Emissora ou a Haztec Ambiental seja a incorporadora;

- (f) requerimento pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras e/ou sociedades controladas, direta ou indiretamente, de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido através de depósito judicial e/ou contestação no prazo legal ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras, ou por qualquer das sociedades controladas pela Emissora, direta ou indiretamente, não elidido no prazo e forma legais;
- (g) transformação do tipo societário da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, das obrigações assumidas ou a serem assumidas pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nesta Escritura e em qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures, exceto com o prévio e expresso consentimento de Debenturistas que representem ao menos 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (i) respeitados os termos do item (j) abaixo, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus respectivos acionistas, ressalvado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações caso a Emissora esteja adimplente com suas obrigações estabelecidas nesta Escritura e nos demais documentos da operação, incluindo nos Contratos de Garantia Real;
- (j) realização, pela Emissora, e/ou por qualquer das Fiadoras e/ou por qualquer controlada, direta ou indireta de pagamentos, diretos ou indiretos, de qualquer natureza, aos acionistas da Emissora, incluindo, sem limitação, pagamentos relacionados a mútuos, empréstimos e/ou aportes realizados por tais acionistas, exceto por pagamentos realizados à Synthesis Empreendimentos e Participações S.A. no âmbito do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Repactuação de Termos e Condições, celebrado em 7 de fevereiro de 2013 entre a Emissora e a Synthesis Empreendimentos e Participações S.A., conforme aditado de tempos

em tempos, contanto que tais pagamentos sejam realizados de forma *pari passu* com os mesmos prazos e percentuais previstos no cronograma de amortização das Debêntures;

- (k) não efetivação e/ou formalização das Garantias, nos termos e prazos estabelecidos nos respectivos Contratos de Garantia Real e seus respectivos aditamentos, ou caso qualquer das Garantias, por qualquer fato, torne-se inábil, ineficaz, inválida, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura e em qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures, desde que as referidas Garantias não sejam substituídas ou complementadas pela Emissora nos termos e prazos estabelecidos nesta Escritura e/ou nos respectivos Contratos de Garantia Real e respectivos aditamentos;
- (l) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de liquidação da 5ª Emissão, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (m) utilização dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures de forma diversa daquela prevista na Cláusula 3.9 desta Escritura; e/ou
- (n) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, de qualquer obrigação que resulte em Evento de Inadimplemento Automático nos termos previstos pela Escritura da 4ª Emissão e respectivos aditamentos.

7.2. Sujeito ao disposto na Cláusula 7.3 e seguintes abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento Não Automático” e, em conjunto com o Evento de Inadimplemento Automático, os “Eventos de Inadimplemento”):

- (a) a qualquer momento, provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nesta Escritura ou em qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures com relação à data em que foram prestadas;
- (b) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária, pela Emissora e/ou por qualquer controlada, direta ou indireta, (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida com instituições financeiras ou relativas a operações de mercado de capitais, ou ainda, qualquer dívida com terceiros, no montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), observados os prazos de cura de cada obrigação pecuniária eventualmente inadimplida, reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, pelo IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (c) vencimento antecipado do financiamento contratado pela Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nos termos do Contrato Nº 06.2.1052.1., celebrado em 19 de janeiro de 2007 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Central de

Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. e S.A. Paulista de Construções e Comércio na qualidade de interveniente ("Dívida BNDES");

- (d) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, ou por qualquer de suas controladas ou coligadas, de quaisquer obrigações não pecuniárias decorrentes desta Escritura ou de qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures, desde que não sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do respectivo descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura ou nos demais documentos relacionados às Debêntures;
- (e) caso qualquer dos documentos relacionados às Debêntures (exceto esta Escritura, sem prejuízo do disposto na alínea (d) da Cláusula 7.1 acima) seja inexecutível, declarado nulo ou sem efeito, conforme sentença judicial ou decisão arbitral, ou tenha seu vencimento antecipado declarado conforme os termos e condições dele constantes;
- (f) protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer das Fiadoras em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou valor equivalente em outra moeda), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, pelo IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo se tiver sido comprovado que (i) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado; (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras;
- (g) descumprimento pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras de qualquer decisão judicial transitada em julgado, de qualquer sentença arbitral definitiva de natureza condenatória, ou de qualquer decisão judicial, em todos os casos, que resulte em desembolso efetivo (inclusive por meio de depósito judicial) e que envolva montante superior, individual ou agregado, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (ou valor equivalente em outra moeda), reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão pelo IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (h) requerimento por qualquer coligada da Emissora de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a coligada, não elidido no prazo e forma legais;
- (i) ocorrência de qualquer alteração adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, que possa vir a afetar de forma adversa a capacidade de pagamento da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras de suas obrigações relativas às Debêntures, que será avaliada a exclusivo critério de Debenturistas que representem, ao menos, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (j) autuação da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras por qualquer autoridade fiscal ou quaisquer órgãos governamentais de caráter ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa afetar a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, e/ou de qualquer das Fiadoras, a exclusivo critérios dos Debenturistas, que representem, ao menos, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, sem que a

referida autuação esteja sendo discutida ou contestada de boa-fé pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nos termos da legislação aplicável;

- (k) existência de ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, ou de qualquer outro modo adquirir, compulsoriamente a totalidade ou de parte substancial dos ativos, propriedades ou ações da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, que afetem as atividades atualmente praticadas pela Emissora e a sua capacidade de pagamento das obrigações relativas às Debêntures e/ou de qualquer das Fiadoras;
- (l) alteração do atual objeto social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras que modifique as atividades atualmente por elas praticadas, ou que agregue a essas atividades novos negócios que possam representar desvios em relação aos atualmente desenvolvidos, com exceção de modificações que sejam necessárias para o desenvolvimento de atividades diretamente relacionadas a geração de energia através da valorização energética de resíduos;
- (m) inobservância da Legislação Socioambiental, conforme definida na Cláusula IX abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se a Emissora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (n) ocorrência de qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras por prazo igual ou superior a 15 (quinze) dia corridos após a ocorrência do referido evento e que afete negativamente, a exclusivo critério dos Debenturistas, a capacidade de pagamento das obrigações relativas às Debêntures pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras;
- (o) contratação ou celebração pela Emissora e/ou pela Haztec Ambiental e/ou por qualquer das Fiadoras de qualquer operação de mútuo ou financiamento, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas que representem, ao menos 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, representados pelo Agente Fiduciário, exceto com relação a mútuos ou financiamentos (i) possuam valor igual ou inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), (ii) que sejam vinculados a recebíveis performados ou serviços já prestados incluindo, mas não se limitando, a adiantamentos de recebíveis, descontos de duplicatas ou notas promissórias, contratos de mútuo garantidos por cessão fiduciária de recebíveis performados; (iii) nos quais a Emissora e/ou a Haztec Ambiental atue como credora das demais Fiadoras, ou (iv) nos quais a Emissora e/ou a Haztec Ambiental atuem como credoras de suas controladas ou coligadas, desde que (x) a origem dos recursos de tais mútuos ou financiamentos seja proveniente de contratos de *project finance* de longo prazo celebrados pela Emissora e/ou pela Haztec Ambiental junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras, incluindo Caixa Econômica Federal e/ ou Banco do Brasil S.A.; (y) a origem dos recursos de tais mútuos ou financiamentos seja proveniente da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia flutuante e garantias adicionais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Haztec Ambiental para investir nos projetos de Waste to Energy Barueri e Osasco, ou (z) tal mútuo ou financiamento seja relacionado aos projetos já aprovados no plano de negócio da Emissora e/ou a Haztec

Ambiental, conforme listados do Anexo I a esta Escritura e considerados nos Índices Financeiros descritos na alínea (q) da cláusula 7.2 da presente Escritura;

- (p) venda, transferência, doação ou cessão, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras de quaisquer de seus ativos, e/ou direitos sem a prévia, formal e expressa autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, representados pelo Agente Fiduciário, exceto com relação a ativos e/ou direitos, conforme aplicável (i) que tenham valor igual ou inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (ii) vinculados à área de águas e efluentes e equipamentos e sistemas da Haztec Ambiental; ou (iii) que sejam vendidos, cedidos, transferidos ou doados para qualquer das Fiadoras, independentemente do valor;
- (q) não cumprimento, pela Emissora, desde a data de assinatura desta Escritura até que todas as obrigações financeiras decorrentes desta Escritura e dos demais documentos relacionados às Debêntures sejam plenamente cumpridas, dos índices financeiros a seguir descritos (“Índices Financeiros”), calculados *pro forma*, conforme verificação anual, a ser realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora apuradas e auditadas pelos auditores independentes contratados pela Emissora (cada uma dessas datas, uma “Data de Verificação dos Índices Financeiros”), sendo que para o cálculo de tais índices não deverão ser considerados os projetos de *Waste-to-Energy* da Haztec Ambiental e/ou das empresas de seu grupo econômico listados no Anexo I a esta Escritura. A primeira verificação ocorrerá com relação aos números relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:
- (q.1) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a (i) 6,0 (seis inteiros) para as verificações realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor externo devidamente registrado junto à CVM da Emissora referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) 3,0 (três inteiros) para as verificações realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor externo devidamente registrado junto à CVM da Emissora a partir do exercício em 30 de junho de 2016, ficando a Emissora obrigada a apresentar os números auditados em até 30 (trinta) dias após 30 de junho de 2016;
- (q.2) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD deverá ser maior ou igual a 1,0x (um inteiro);
- (q.3) as Despesas de Capital não deverão ser superiores a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) por ano;

onde:

“Dívida Líquida” significa o somatório de todas as dívidas financeiras da Emissora (consideradas em bases não consolidadas) junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Emissora e o diferencial a pagar por operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e o diferencial a receber por operações com derivativos;

“EBITDA” significa o cálculo considerando as seguintes contas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora: receita operacional líquida (-) custo dos produtos vendidos (-) despesas gerais administrativas e de vendas (+) depreciação, amortização e exaustão (+) provisão de fechamento de aterros (+) provisão de pós-fechamento de aterros (+) despesas não recorrentes, ou seja, despesas de mesma natureza, ainda que não destinadas para a mesma finalidade, e que não tenham ocorrido em um dos dois anos anteriores ao exercício ou que não tenham uma probabilidade razoável de ocorrer nos dois anos seguintes;

“Margem EBITDA” significa a proporção percentual resultante do quociente entre o EBITDA e o Faturamento Líquido da Emissora;

“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD” significa o índice de cobertura do serviço da dívida resultante da seguinte equação: EBITDA / Serviço da Dívida;

“Serviço da Dívida” significa, com respeito a qualquer período, a soma (sem duplicação) de (i) a despesa consolidada de juros total e (ii) todos os pagamentos programados de principal da Dívida Consolidada (incluindo o componente de principal de quaisquer pagamentos de Obrigações de Arrendamento Capitalizadas até o limite em que não estejam incluídos no EBITDA) pagos ou a pagar durante o período em questão, excluindo quaisquer quantias pagas com relação ao empréstimo *intercompany*; e

“Despesas de Capital” significa qualquer investimento em bens de capital (ativo imobilizado).

- (r) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, de qualquer obrigação que resulte em Evento de Inadimplemento Não Automático nos termos previstos pela Escritura da 4ª Emissão e respectivos aditamentos; e
- (s) realização, pela Emissora e/ou pela Haztec Ambiental e/ou por qualquer das Fiadoras, de qualquer investimentos ou mútuos em quaisquer projetos, salvo quando destinados exclusivamente aos projetos de *Waste-to-Energy* da Haztec Ambiental descritos no Anexo I a esta Escritura, desde que tais investimentos necessariamente sejam equivalentes a valores anuais iguais ou inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

7.3. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura e nos demais documentos da 5ª Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.4. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Automáticos indicados na Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.5. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos previstos na Cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para

deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.6. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.5 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e *quorum* previsto na Cláusula XI desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, mediante a deliberação de titulares que representem, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura.

7.7. Na hipótese: (a) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.5 acima por falta de *quorum*; ou (b) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.6 acima por titulares que representem, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.8. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido.

7.9. Para verificação dos Eventos de Inadimplemento relativos às controladas da Emissora previstos nas Cláusulas 7.1 e 7.2 acima, fica estabelecido que a Emissora deverá fornecer anualmente ao Agente Fiduciário: (a) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as controladas em 31 de dezembro do exercício anterior; e (b) declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer de tais hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas com relação a suas controladas.

7.10. Adicionalmente, na hipótese de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas acerca da não declaração de vencimento antecipado do Evento de Inadimplemento previsto na alínea (h) da Cláusula 7.2 acima, os Debenturistas deverão deliberar sobre a substituição de qualquer das Fiadoras, o que ocorrerá apenas mediante anuência expressa de Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação.

7.10.1. Caso os Debenturistas deliberem sobre a substituição de qualquer das Fiadoras conforme previsto na Cláusula 7.10 acima, a Emissora compromete-se a (a) formalizar a substituição da referida Fiadora por meio da celebração de um aditamento a esta Escritura; e (b) levar o aditamento a registro na JUCERJA e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e entregar via original registrada ao Agente Fiduciário, nos prazos e na forma previstos neste instrumento.

7.11. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência dos pagamentos referidos na Cláusula 7.8 acima.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; (ii) relatório consolidado da memória de cálculo atestando a manutenção dos Índices Financeiros; e (iii) Declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (a.2) dentro de no máximo 30 (trinta) dias após 30 de junho de 2016, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas período do respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; (ii) relatório consolidado da memória de cálculo atestando a manutenção dos Índices Financeiros; e (iii) Declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (a.3) com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data de realização de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, informando, inclusive, a data e ordem do dia dessas Assembleias, e prontamente fornecer cópias de todas as atas dessas Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como cópia das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (a.4) em até 1 (um) Dia Útil após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente 5ª Emissão;
- (a.5) no menor prazo possível, qualquer informação relevante para a presente 5ª Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito na forma prevista na Cláusula XIII;
- (a.6) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura;

- (a.7) no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações relativas à Escritura perante os Debenturistas;
- (a.8) na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contados da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório elaborado pela Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, caso aplicável;
- (a.9) no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento de solicitação do Agente Fiduciário e para fins da elaboração do relatório de que trata a alínea (m) da Cláusula 10.4.1 desta Escritura, cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (a.10) todos os demais documentos e informações que a Emissora deva apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta.
- (a.11) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, uma via original registrada de cada um dos Contratos de Garantia Real.
- (a.12) em cada Data de Verificação dos Índices Financeiros, laudo de verificação anual do valor das garantias representadas pelos Contrato de Garantia Real, exceto pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos, elaborado por auditores independentes contratados pela Emissora ("Laudos de Avaliação das Garantias Reais"), sendo certo que os primeiros Laudos de Avaliação das Garantias Reais deverão ser apresentados ao Agente Fiduciário no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da Data de Integralização.
- (b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras consolidadas anuais;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso, mediante o recebimento de comunicação a ser enviada pelo Agente Fiduciário com até 1 (um) Dia Útil de antecedência: (i) aos relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras consolidadas; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, para atendimento às suas obrigações previstas na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

- (d) convocar, nos termos da Cláusula XI desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente 5ª Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) cumprir com todas as determinações emanadas da CETIP e/ou CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações estranhas ao seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes, ou valer-se de estruturas de autoseguro;
- (h) não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social ou com a presente Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (i) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Haztec Ambiental, pelas demais Fiadoras e pela Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A., se aplicável, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto, exceto aqueles cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para: (i) suas atividades ou situação financeira; (ii) o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura; ou para (iii) assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações ou, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de tal perda, revogação ou cancelamento, a Emissora e/ou a Haztec Ambiental comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou da Haztec Ambiental até a renovação ou obtenção dos referidos alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações, observada a Cláusula 7.2 (i);

“Impacto Adverso Relevante” significa a ocorrência de qualquer alteração nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora, suas controladas e/ou qualquer das Fiadoras e/ou ainda da Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A., se aplicável, que possa vir a afetar de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprimento de suas obrigações relativas às Debêntures, a exclusivo critério de no mínimo 90% dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

- (j) exceto com relação aqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (k) manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais desses bens;
- (l) durante o prazo de vigência das Debêntures, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura, e não efetuar

qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data da celebração da presente Escritura;

- (m) exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (n) contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- (o) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento, exceto com relação aqueles contratos e acordos cujo cancelamento ou término não gere um Impacto Adverso Relevante, a critério dos Debenturistas;
- (p) manter os Índices Financeiros previstos na alínea (p) da Cláusula 7.2 desta Escritura;
- (q) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (r) não constituir garantias de qualquer espécie a favor de terceiros, sejam elas reais ou fidejussórias, sem a prévia, formal e expressa autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, representados pelo Agente Fiduciário, exceto com relação a garantias reais ou fidejussórias outorgadas pela Emissora (i) em favor Fiadoras, (ii) para possibilitar a participação da Emissora e/ou suas controladas em processos licitatórios públicos e privados, (iii) em favor das controladas e/ou coligadas da Emissora, desde que a garantia seja outorgada (x) no âmbito de contratos de *project finance* de longo prazo celebrados pela Emissora, suas controladas e/ou coligadas, junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras, incluindo Caixa Econômica Federal e/ ou Banco do Brasil S.A.; ou (y) no âmbito dos projetos já aprovados no plano de negócio da Emissora e/ou da Haztec Ambiental, conforme consta do Anexo I a esta Escritura, observado o disposto na alínea (o) da Cláusula 7.2 da presente Escritura;
- (s) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada;
- (t) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (u) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;

- (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao coordenador líder da oferta; e,
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (v) previamente à Data de Integralização, formalizar a Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa, por meio da assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa, sendo certo que a Haztec Ambiental, no exercício de seus direitos de voto na qualidade de acionista da Ecopesa, não concederá qualquer consentimento, renúncia ou ratificação, tampouco praticará ou permitirá com que seja praticado qualquer ato, de qualquer natureza, que viole, seja incompatível ou prejudique quaisquer termos da Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa, até que as Obrigações Garantidas sejam liquidadas, incluindo, mas não se limitando a, consentimentos, renúncias, ratificações ou atos referentes à deliberação das seguintes matérias: (a) redução do capital social da Ecopesa; (b) emissão de novas ações pela Ecopesa, exceto na hipótese de emissão de novas ações decorrente de aumento de capital realizado por meio de integralização exclusivamente em moeda corrente nacional; (c) criação de novas classes de ações de emissão da Ecopesa; (d) alteração de quaisquer dos direitos, preferências ou vantagens das ações da Ecopesa alienadas fiduciariamente; (e) resgate, amortização, conversão, desdobramento, grupamento ou compra de ações de emissão da Ecopesa para cancelamento ou manutenção em tesouraria; (f) resgate de qualquer valor mobiliário de emissão da Ecopesa; (g) alteração do objeto social da Ecopesa; (h) qualquer operação societária envolvendo a Ecopesa, incluindo fusão, cisão, incorporação e transformação em outro tipo societário, exceto com relação ao previsto na cláusula 7.1 (e) desta Escritura, hipóteses na qual não será necessária a obtenção de anuência prévia e por escrito de todos os Debenturistas; (i) constituição de novas sociedades, ou, exceto pelas participações já existentes e formalizadas, investimento ou aumento de participações em outras sociedades; (j) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, pedido de recuperação judicial ou pedido de recuperação extrajudicial; e (k) prestação de garantias a terceiros, inclusive por sociedades controladas pela Ecopesa ou a esta coligadas, exceto com relação ao previsto na cláusula 8.1 (r) desta Escritura, hipóteses nas quais não será necessária a obtenção de anuência prévia e por escrito de todos os Debenturistas;
- (w) (i) guardar, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos contados da presente data, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, toda a documentação relativa à 5ª Emissão, nos termos previstos na Instrução CVM 476, bem como

disponibilizá-la aos Coordenadores em um prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo), após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal, e (ii) manter lista dos Investidores Qualificados procurados no âmbito da Oferta, contemplando os dados e informações previstos no parágrafo 2º do Artigo 7-A da Instrução CVM 476; e

- (x) depositar em conta vinculada aceitável aos Debenturistas qualquer excedente de caixa, conforme demonstrações financeiras auditadas da Emissora, que resulte em montante superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pela variação acumulada do IPCA, sendo que tal valor deverá ser integralmente utilizado para amortização de parcelas vincendas do Valor Nominal Unitário e/ou dos Juros Remuneratórios devidos nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA IX DISPOSIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

9.1. A Emissora e cada uma das Fiadoras declara que respeita nesta data e que respeitará por toda a vigência desta Escritura a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, bem como declara que suas atividades não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente (“Legislação Socioambiental”) e que a utilização dos recursos obtido por meio da 5ª Emissão de Debêntures não implicará na violação da Legislação Socioambiental.

9.2. A Emissora obriga-se a cumprir com as obrigações oriundas da Legislação Socioambiental, bem como obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças, autorizações, permissões, certificados, registros etc.) nela previstos, e manter as licenças, autorizações, outorgas ambientais e demais certificados e registros necessários ao regular desempenho de suas atividades em plena vigência e eficácia.

9.3. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, todos os documentos mencionados nesta cláusula “Disposições Socioambientais” (incluindo, mas não se limitando, aos documentos necessários para atestar o cumprimento da Legislação Socioambiental) e/ou quaisquer outras informações relativas a aspectos socioambientais relacionados à sua atividade.

9.4. A Emissora informará ao Agente Fiduciário, por escrito, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que vier a tomar ciência, a ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses relacionadas a esta Escritura (a) descumprimento da Legislação Socioambiental; (b) ocorrência de dano ambiental; e/ou (c) instauração e/ou existência de processo administrativo ou judicial relacionado a aspectos socioambientais.

9.5. A Emissora, independentemente de culpa, (a) ressarcirá os Debenturistas de qualquer quantia que estes incorram ou sejam compelidos a pagar, inclusive para defesa de seus interesses, assim como (b) indenizará os Debenturistas por qualquer perda ou dano, inclusive as suas imagens, que os Debenturistas venham a experimentar em decorrência de dano ambiental relacionado às atividades da Emissora.

9.6. A Emissora declara, para todos os fins e efeitos jurídicos, que não exerce, na presente data, nenhuma atividade relacionada à pesquisa ou projeto com o fim (a) de obter Organismos Geneticamente Modificados - OGM e seus derivados ou (b) de avaliar a biossegurança desses organismos, o que engloba, no âmbito experimental, a construção, cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo, liberação no meio ambiente e ao descarte de OGM e/ou seus derivados.

9.7. A Emissora se obriga, na hipótese de iniciar qualquer das atividades previstas na Cláusula 9.6 acima durante a vigência do presente instrumento, a informar o Agente Fiduciário, obrigando-se ainda a não utilizar os recursos oriundos do presente instrumento para as atividades mencionadas na Cláusula 9.6 acima.

CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta 5ª Emissão a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

10.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

10.1.3. Além da presente 5ª Emissão, o Agente Fiduciário atua nas seguintes emissões de debêntures da Emissora e de suas sociedades coligadas, controladas, controladoras ou integrantes de seu grupo econômico: na quarta emissão de debêntures de Haztec Investimentos e Participações S.A., constituindo em 280 (duzentos e oitenta) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussórias, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando, portanto, R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), com vencimento em 18 de fevereiro de 2020, com garantia fidejussória das Fiadoras e garantias reais cujo valor à época da realização de tal emissão era de, ao menos, R\$ 68.676.000,00 (sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais), tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, repactuação, sendo do tipo nominativas e escriturais.

10.2. Remuneração do Agente Fiduciário

10.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas

mesmas datas dos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar a comunhão dos titulares das Debêntures;

- (b) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação das condições das Debêntures após Data de Emissão, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário: (i) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; (ii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas em tais eventos; e (iii) a recuperação do crédito dos titulares das Debêntures, incluindo a execução as garantias ou das Debêntures; sendo que, em qualquer dos casos, a remuneração adicional deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, do respectivo “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (x) dos prazos de pagamento e (y) das condições relacionadas ao vencimento antecipado;
- (c) a remuneração prevista nas alíneas (a) e (b) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) as parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão (ou da última data de pagamento da remuneração, conforme aplicável), até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (f) as parcelas referidas acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (g) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por

cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário ser impedido de continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

10.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 10.3.1 acima.

10.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução da CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCERJA na forma da Cláusula V desta Escritura.

10.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

10.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

10.4. Deveres do Agente Fiduciário

10.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos Jornais de Publicação;
- (k) enviar à CVM e à CETIP, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- (v) aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta 5ª Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controladas, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (xi.1) denominação da companhia ofertante;
 - (xi.2) valor da emissão;
 - (xi.3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (xi.4) espécie;
 - (xi.5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (xi.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (xi.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (n) colocar o relatório de que trata a alínea (m) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) sede da Emissora;
 - (ii) seu escritório;
 - (iii) CVM;
 - (iv) CETIP; e
 - (v) sede dos Coordenadores.

- (o) publicar às custas da Emissora, nos Jornais de Publicação, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual mencionado na alínea (m) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste subitem, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado da data em que tomar ciência de tal fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (s) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar acerca de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora;
- (t) acompanhar o cálculo do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, apurado pela Companhia, disponibilizando-o aos Debenturistas e ao mercado em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.fiduciario.com.br>) e/ou em sua Central de Atendimento;
- (u) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (v) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da 5ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (w) observar a manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias durante a vigência das Debêntures;
- (x) verificar anualmente, em cada Data de Verificação dos Índices Financeiros, a manutenção dos Índices Financeiros e informar imediatamente aos Debenturistas qualquer descumprimento do referidos Índices Financeiros; e
- (y) divulgar as informações referidas na alínea (m) do inciso (xi) desta Cláusula 10.4.1 em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.fiduciario.com.br>) tão logo delas tenha conhecimento.

10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias, observados os termos e condições desta Escritura e dos Contratos de Garantia Real, aplicando o produto da excussão na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas perante os Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (e) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (e) acima.

10.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da 5ª Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado por Debenturistas detentores de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral.

10.5.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a pedido da Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora,

permanecendo obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.5.6. O Agente Fiduciário será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do inciso V do artigo 12 da Instrução CVM 28.

10.6. Despesas

10.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 10.6 será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

10.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo.

10.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 10.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 10.6.1 e 10.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos do parágrafo 5º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações.

10.7. Declarações do Agente Fiduciário

10.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do BACEN;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (l) que verificará a regularidade da constituição e formalização das Garantias antes da Data de Integralização, e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias;

- (m) que os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (n) que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (o) que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões em que venha a atuar como agente fiduciário, conforme descritas na Cláusula 10.1.3 acima.

CLÁUSULA XI ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (“Assembleias Gerais de Debenturistas”, “Assembleias Gerais” ou “Assembleias”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.1. Convocação

11.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar todos os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

11.1.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

11.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

11.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de: (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

11.3. Mesa Diretora

11.3.1. A presidência caberá exclusivamente a um representante do Debenturista presente eleito pela maioria dos Debenturistas presentes na Assembleia Geral, ou, ainda, àquele que for designado pela CVM, quanto a secretaria caberá a qualquer pessoa indicada pelo presidente eleito na Assembleia Geral.

11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, salvo se quorum diferente for estabelecido na regulamentação aplicável.

11.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

11.5.1. Os representantes legais da Emissora deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais.

11.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

12.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;

- (b) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures, a constituir as Garantias Reais prestadas pela Emissora e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à 5ª Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476 constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) a celebração desta Escritura, a emissão e distribuição pública das Debêntures e o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora, nem irão resultar em:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos;
 - (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou,
 - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (f) todas as informações prestadas no âmbito da 5ª Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (g) não é necessário qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da 5ª Emissão, exceto pelo disposto a seguir:
 - (i) arquivamento desta Escritura na JUCERJA; (ii) registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21;
- (h) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; exceto (i) no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante; (ii) para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças; ou (iii) nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;

- (i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e à execução das suas atividades, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora e/ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (j) suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2013, em conjunto com o parecer de auditoria independente e suas notas explicativas representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras consolidadas mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (k) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a lhe causar Impacto Adverso Relevante, exceto aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras consolidadas;
- (l) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública com esforços restritos da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição das Debêntures;
- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta 5ª Emissão;
- (n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP;
- (q) a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade entre a Emissora, as Fiadoras e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé

12.2. Cada uma das Fiadoras, individualmente, declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura, a constituir a Garantia Fidejussória e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à 5ª Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura e as obrigações aqui assumidas constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da respectiva Fiadora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações da respectiva Fiadora aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a respectiva Fiadora, , nem irão resultar em:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos;
 - (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou,
 - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (f) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades ou situação financeira; (ii) para as quais a respectiva Fiadora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças; ou (iii) nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- (g) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e à execução de suas atividades, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela respectiva Fiadora e/ou para as quais a respectiva Fiadora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (h) suas demonstrações financeiras consolidadas, em conjunto com as relativas aos exercícios financeiros encerrados, e com o parecer de auditoria independente e suas

notas explicativas, quando aplicável, no caso da Haztec Ambiental, em 31 de dezembro de 2013 e, no caso das Fiadoras, em 31 de dezembro de 2013, representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras consolidadas mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a respectiva Fiadora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a respectiva Fiadora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da respectiva Fiadora;

- (i) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a lhe causar Impacto Substancial Relevante, exceto aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras consolidadas;
- (j) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP; e
- (l) a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade entre a Emissora, as Fiadoras e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

12.3. A Emissora e as Fiadoras comprometem-se a imediatamente notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se inverídicas, imprecisas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

13.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar – Cidade Nova
20260-080, Rio de Janeiro – RJ
At: Diretor Presidente e Diretor Financeiro
Telefone: (21) 3974 9149
Fac-símile: (21) 3974-6150
E-mail: milton.pilao@haztec.com.br, leonardosantos@haztec.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi

04538-132, São Paulo - SP

At: Viviane Aparecida Rodrigues Afonso

Telefone: (11) 2172-2628

Fac-símile: (11) 3078-7264

E-mail: vrodrigues@planner.com.br; tlima@planner.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, Vila Yara, 2º Andar, Prédio Amarelo

Osasco - SP

At.: Marcelo Ronaldo Poli

Tel.: (11) 3684-7654

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para as Fiadoras:

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.

Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar – Estácio

20.260-080, Rio de Janeiro – RJ

At: Leonardo Roberto Pereira dos Santos

Telefone: (21) 3974 9149

Fac-símile: (21) 3974-6150

E-mail: leonardosantos@haztec.com.br

FOXX HOLDING S.A.

Rua Samuel Morse, 134, 3º andar, sala B – Cidade Monções

04.576-060, São Paulo – SP

At: Diretor Presidente e Diretor Financeiro

Telefone: (11) 5103-5300

E-mail: milton.pilao@haztec.com.br / leonardosantos@haztec.com.br

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE BARRA MANSA S.A.

Rodovia RJ 157 s/n – Fazenda Barra das Antas – Cotiara

27301-970, Barra Mansa – RJ

At.: João Ricardo Quinhões Audi/ Leonardo Roberto Pereira dos Santos

Telefone: (21) 3974-9149

Fac-símile: (21) 3974-6150

Email: joaoaudi@haztec.com.br/ leonardosantos@haztec.com.br

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.

Estrada do Anaia s/nº, Almerinda

São Gonçalo – RJ

At.: João Ricardo Quinhões Audi / Leonardo Roberto Pereira dos Santos

Telefone: (21) 3974-9149

Fac-símile: -

Email: joaoaudi@haztec.com.br/ leonardosantos@haztec.com.br

13.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

13.2. Renúncia

13.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Lei Aplicável

13.3.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

13.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

13.5. Irrevogabilidade; Sucessores

13.5.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.6. Independência das Disposições da Escritura

13.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as

Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.7. Despesas

13.7.1. A Emissora arcará com todos os custos:

- (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP;
- (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao arquivamento desta Escritura e seus aditamentos na JUCERJA e nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos;
- (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à 5ª Emissão, tais como os atos societários da Emissora e Contratos de Garantia Real;
- (d) pelos honorários e despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário; e
- (e) decorrentes de futuros aditamentos dos documentos relacionados à 5ª Emissão.

13.8. Substituição de Prestadores de Serviços

13.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário, bem como a indicação de seu(s) substituto(s), deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à referida Assembleia Geral.

13.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados na Cláusula 13.8.1 acima deverá ser proporcional àquela paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

13.9. Cômputo dos Prazos

13.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

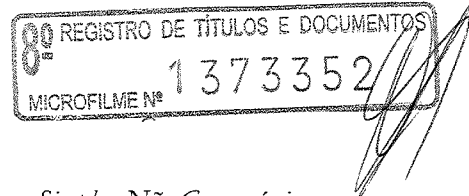
13.10. Foro

13.10.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2015.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



(Página de assinaturas 1/7 da "Escritura Particular da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")



HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome:
Cargo:

[Handwritten signature of Dalton Assunção Canelhas Filho]

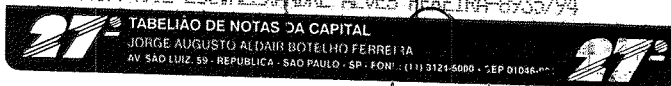
Dalton Assunção Canelhas Filho

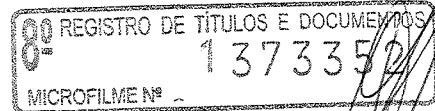
Nome:
Cargo:

[Handwritten signature of Leonardo Roberto Pereira dos Santos]

Leonardo Roberto Pereira dos Santos


Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: ADB78078
DALTON ASSUNÇÃO CANELHAS FILHO
LEONARDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
São Paulo, 2/2/2015 Com valor econômico
Em testemunho da Verdade R\$ 14,50
55151440774502 Esc: ALEXANDRE ALVES PEREIRA-8935/94





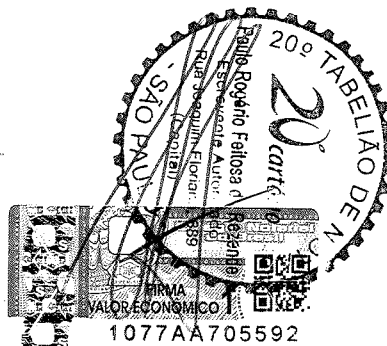
(Página de assinaturas 2/7 da 'Escritura Particular da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Haztec Investimentos e Participações S.A.')

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.


Nome: _____
Cargo: **Zélia Souza**
Procuradora

Nome: _____
Cargo: _____

2 notário
Rua Joaquim Floriano, 889 - Jardim Bubi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião
Reconheço, por semelhança, a firma de (1) ZELIA PEREIRA DE SOUZA, em
documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 02 de fevereiro de 2015.
Em Teste _____ da verdade. Cod. [-1224012310080232486042-5550]
PAULO ROBERTO FEITOSA DE REZENDE - EMPREENTE AUTORIZADO (01d 1: total R\$ 7,25)
Selo(s): Selo(s): 1 Ato: 1077AA-05592
O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.





8º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROFILME Nº 1373352

(Página de assinaturas 3/7 da "Escritura Particular da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.



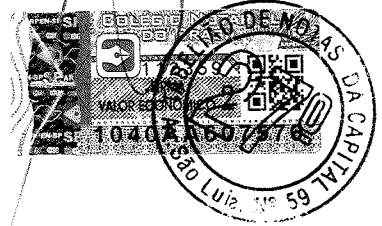
Nome:
Cargo: Dalton Assunção Canelhas Filho

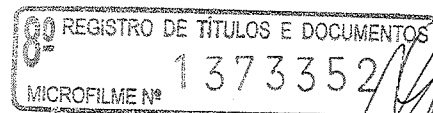
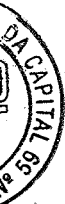


Nome: Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Cargo:

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: ADB78079
DALTON ASSUNÇÃO CANELHAS FILHO
LEONARDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
São Paulo, 2/2/2015 Com valor econômico
Em testemunho da Verdade R\$ 14,50
55151440774502 Esc: ALEXANDRE ALVES FERREIRA-8935/94

TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
JORGE AUGUSTO ALDAIR BOTELHO FERREIRA
AV. SÃO LUIZ, 59 - REPÚBLICA - SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5000 CEP 01046-001





(Página de assinaturas 4/7 da "Escritura Particular da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS BARRA MANSA S.A.



Nome:

Cargo:

Milton Pilão Junior

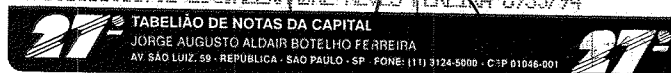


Nome:

Cargo:

Leonardo Roberto Pereira dos Santos

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: **ADB77951**
MILTON PILÃO JUNIOR
LEONARDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
São Paulo, 2/2/2015 Com valor econômico
Em testemunho da Verdade R\$ 14,50
28151333583902 Esc: ALEXANDRE ALVES PEREIRA-8935/94





(Página de assinaturas 5/7 da "Escritura Particular da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.



Nome:
Cargo:

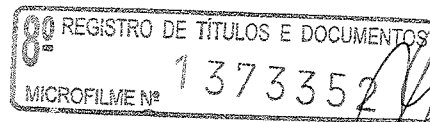
Milton Pilão Junior



Nome:
Cargo: **Leonardo Roberto Pereira dos Santos**

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: ADS77952
MILTON PILAO JUNIOR
LEONARDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
São Paulo, 2/2/2015 com valor econômico
Em testemunho da Verdade R\$ 14,50
28151333583902 Esc: ALEXANDRE ALVES PEREIRA-8935/94





(Página de assinaturas 6/7 da 'Escritura Particular da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Haztec Investimentos e Participações S.A.')

FOXX HOLDING S.A.



Nome:

Cargo:

Dalton Assunção Canelhas Filho

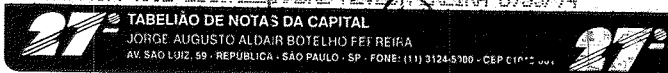


Nome:

Cargo:

Leonardo Roberto Pereira dos Santos

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: ADB78080
DALTON ASSUNÇÃO CANELHAS FILHO
LEONARDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
São Paulo, 2/2/2015 Em valor econômico
Em testemunho da Verdade R\$ 14,50
55151440774502 Esc: ALEXANDRE ALVES PEREIRA-6935/94





(Página de assinaturas 7/7 da "Escritura Particular da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

Testemunhas



Roberta Fonseca Cardoso
Nome: Roberta Fonseca Cardoso
CPF: 226.730.708-18

Sheila Araújo dos Santos
Nome: Sheila Araújo dos Santos
CPF: RG 29.691.195-1
227.10.548-5

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: **AD877903**
ROBERTA FONSECA CARDOSO
SHEILA ARAÚJO DOS SANTOS-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
São Paulo, 2/2/2015 Com valor econômico
Em testemunho da Verdade R\$ 14,50
24151317080902 Esc: ALEXANDRE ALVES PEREIRA-8935/94

27 TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
JORGE AUGUSTO ALDAIR BOTELHO FERREIRA
AV. SÃO LUIZ, 99 - REPÚBLICA - SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5000 - C.F. 01716-1/01



8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.311.893/0001-26
Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial
Emol. R\$ 8.588,88
Estado R\$ 2.441,06
Ipesp R\$ 1.808,18
R. Civil R\$ 452,05
T. Justiça R\$ 452,05
Total R\$ 13.742,22

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial
Cristiano Assunção Duarte - Escrevente Substituto



ANEXO I
LISTA DE PROJETOS

1. Projeto *Waste-to-Energy* mantido pela Haztec Ambiental no município de Barueri.
2. Projeto *Waste-to-Energy* mantido pela Haztec Ambiental no município de Osasco.
3. Projeto *Waste-to-Energy* mantido pela Haztec Ambiental no município do Rio de Janeiro.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS
CREDITÓRIOS DA HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.
EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

entre

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.
como Cedente Fiduciária

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
como Agente Fiduciário, representando a totalidade dos Credores Fiduciários



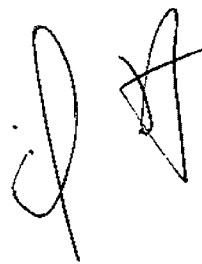

e

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
como Banco Administrador

com a interveniência anuência de


HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora das Debêntures

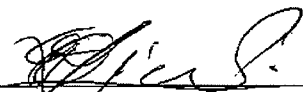
Datado de
06 de fevereiro de 2013



(Página de Assinatura 5/5 do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. em Garantia e Outras Avenças")

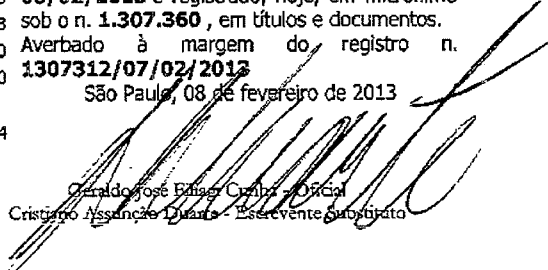
Testemunhas:


 Nome: **Lilane Araujo**
 CPF/MF: **RG. 30.841.200-X**


 Nome: **Tatiana Lima**
 CPF/MF: **RG. 32.493.835-4**


 RTD

8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
 Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.311.893/0001-20
 Pça Pe Manuel da Nobrega 21 - 5º And - Centro - CEP. 01015-010 - São Paulo/SP
 Emol. R\$ 206,15 Protocolado e prenotado sob o n. **1.307.360** em
 Estado R\$ 58,46 **08/02/2013** e registrado, hoje, em microfilme
 IpeSP R\$ 43,53 sob o n. **1.307.360**, em títulos e documentos.
 R. Civil R\$ 11,00 Averbado à margem do registro n.
 T. Justiça R\$ 11,00 **1307312/07/02/2013**
 São Paulo, 08 de fevereiro de 2013
 Total R\$ 330,14
 Selos e taxas
 Recolhidos
 p/verba


 Geraldo José Edmar Cunha - Oficial
 Cristiano Assunção Duarte - Escrevente Substituto

9
 P
 201